

9º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE
CIÊNCIA POLÍTICA
MONTEVIDEO 26 A 28 DE JULHO DE 2017

Área temática: **02 Comportamento político, eleitoral e liderança**

Qualidade da democracia e performance da representação: quem são os representantes? Quais suas bases eleitorais? E como se efetiva a representação?

Kelly Cristina Costa Soares (UFCG/BRASIL)

Allan Gustavo Freire da Silva (UFCG/BRASIL)

1 Introdução

A democracia liberal tem se firmado pela consolidação do papel da representação política. O entendimento aceitável sobre a política e suas instituições considera a soberania popular como a razão pela qual se constitui a autoridade legítima. Desse modo, a representação política torna-se expressão mais precisa da legitimação do poder e através dela se efetiva o processo de tomada de decisões.

O cerne da democracia encontra-se ancorado no postulado de que os cidadãos têm seus interesses viabilizados pelas instituições de representação política. Nesse caso, os partidos políticos e os líderes são atores imprescindíveis para efetivação do jogo político e das regras democráticas. Ao se levar em conta esse argumento, propõe-se discutir a qualidade da democracia a partir do significado da representação e das possibilidades para viabilizar interesses coletivos. Não obstante, na dinâmica política, essa articulação entre as expectativas dos eleitores, as promessas dos políticos e a lógica das arenas decisórias, não é fácil de ser concebida, porque há mecanismos institucionais que dificultam visualização e não permitem relação tão direta entre políticos, eleitores e decisões. A própria condição da representação política é bastante complexa e envolve um conjunto de entendimentos.

Como observaram Mansbridge (2011); Rehfeld (2009); Pitkin (1967), a representação política é complexa e relacional, cuja discussão inicia-se ao fazer esforços heurísticos para definição do termo. Tanto o substantivo representação quanto o verbo representar assumem variadas dimensões no campo normativo e empírico. No que concerne às discussões sobre o funcionamento da política e dos processos decisórios, as questões sobre quem decide e quais decisões são tomadas, levam a busca da articulação entre representantes e seus constituintes (representados). Mesmo assim, não é tarefa fácil de ser visualizada e viabilizada, nem no campo normativo, nem no empírico.

Nesse sentido, para adentrar a fundo na discussão sobre a dimensão da representação, suas funcionalidades e suas consequências para qualidade da democracia, propõe-se levar em consideração a estrutura binária confiança/delegação. O artigo discute a representação política no estado da Paraíba, observando o perfil dos representantes na Assembleia Legislativa e Câmara dos deputados na atual legislatura (2015-2018), sua conexão com a base eleitoral. A investigação permitiu fazer prévio diagnóstico acerca dos critérios, significados da representação e de sua performance no campo empírico da arena eleitoral. Afinal, os políticos são eleitos ao prometerem aos

seus eleitores, a defesa dos seus interesses. Resta saber como pode ser articulada essa relação para constituir representação. Como assinalou Rehfeld (2011), existem três características descritivas para dimensionar a articulação entre representantes e seus eleitores no processo decisório. São elas:

- I) O julgamento dos representantes são autossuficientes ou dependem do ponto de vista dos seus eleitores sobre como votar?
- II) Os objetivos das decisões: promovem o bem de todos ou o bem de uma parte?
- III) A responsividade do representante estaria mais atrelada às expectativas da reeleição ou ao receio de sofrer outras sanções?

Esses argumentos teóricos, que se baseiam nessas características descritivas acerca do comportamento dos representantes, permitem dimensionar a articulação entre representantes e seus eleitores em contextos empíricos do processo decisório. Sendo assim, a pesquisa assume o desafio de problematizar a realidade do sistema representativo brasileiro e buscar explicações para o funcionamento das instituições democráticas a partir da discussão sobre o caráter da representação. Sabe-se que o sistema político brasileiro tem problemas que levam ao enfraquecimento das instituições representativas, pois há certa imagem negativa em relação aos partidos e aos políticos. Nesse sentido, pode-se supor que há certo comprometimento da legitimação do poder e da qualidade da representação.

Muitos dos problemas estão relacionados ao modelo do multipartidarismo, sistema de lista aberta, as coligações eleitorais que desconsideram questões programáticas entre os partidos e seu débil funcionamento, caracterizado por um tipo de sistema partidário que carece de sólida base social. Em sua totalidade, o sistema partidário brasileiro contabiliza 35 partidos. Esse padrão institucional tem levado à fragmentação na arena legislativa e às dificuldades de articular a diversidade de interesses dos atores políticos, bem como de atender às expectativas dos eleitores, reconhecidos nas democracias como cidadãos.

De acordo com Lamounier (1994) e Mainwaring (2001; 1991), a democracia brasileira traça a difícil combinação entre presidencialismo (de caráter plebiscitário) e a representação proporcional (RP) de lista aberta, os quais podem levar o sistema político a uma série de entraves. Não obstante, possíveis soluções de reforma política podem ser ventiladas visando melhor funcionamento desse sistema político. Dentre elas: mudança

do sistema de governo e do método de seleção dos deputados para que proporcionasse aos partidos maior controle sobre seus membros, tanto na arena eleitoral quanto na arena legislativa.

Por outro lado, Melo (2016) entende que o multipartidarismo nos sistemas presidencialistas tem sido visto como uma boa alternativa para evitar abusos de poder e incentivar a concertação e formação de consensos. Não obstante, o que não se pode deixar de observar no funcionamento do multipartidarismo é que seu efeito sobre a governança não é linear. É possível observar que na experiência da democracia brasileira, a fragmentação partidária tem apresentado custos elevados. Nesse caso, começa-se a pensar em efeitos danosos à governabilidade, ao refletir retornos decrescentes marginais.

Por sua vez, esse problema que afeta a funcionalidade do multipartidarismo ao atingir a governabilidade, revela inoperância dos partidos políticos de representar os interesses dos eleitores. Assim, se dá o declínio da identificação partidária, pois pesquisas de 2015 apontaram que somente 29% dos entrevistados disseram ter preferência partidária (MELO, 2016). Por esse prisma também se discute o problema da confiança institucional e o seu impacto na qualidade da democracia. A discussão de Moíses (2010) permite identificar na democracia brasileira, baixa confiança no Poder Legislativo.

Diante da problemática de operacionalização da representação democrática no sistema político brasileiro de caráter multipartidário, propõe-se investigar o perfil da representação no sistema eleitoral proporcional. Para tanto, tomar-se-á como unidade de análise o desempenho eleitoral dos deputados estaduais e federais dos estados da Paraíba 2015-2018.

Ao tomar o sistema eleitoral proporcional pode-se dizer que as candidaturas são guiadas por estratégias diferentes do sistema majoritário. Em eleições proporcionais, uma pequena proporção do eleitorado pode assegurar sucesso do candidato. Nesse sentido, os candidatos buscam determinados eleitores (Cox, 1990 *apud* Ames, 2012). Não obstante, os candidatos ao focalizarem um determinado eleitorado, são orientados pelo tamanho dos alvos potenciais e do total de votos necessários para serem eleitos. Para tanto, as estratégias também dependem dos custos das campanhas conforme os candidatos se distanciam dos principais correligionários, da existência de líderes locais a procura por patronagem, da concentração espacial do início das carreiras políticas dos

candidatos, e da simultaneidade das eleições para outros níveis de governo (Ames, 2012).

O artigo está organizado em duas partes: na primeira parte se discute as questões mais prementes sobre o significado e os limites da representação e da democracia liberal; na segunda parte se faz análise sobre o perfil da representação do estado da Paraíba, as estratégias eleitorais dos eleitos, taxa de renovação dos mandatos e experiência legislativa, bases eleitorais dos parlamentares, as relações com os governos estadual e federal e os principais mecanismos de indicação do sucesso eleitoral.

2 Fundamentos heurísticos da representação política

A organização do poder político nas sociedades modernas tornou-se possível a partir do discernimento de que a ação humana é dotada de propriedades que certos constrangimentos são imprescindíveis para garantir a sobrevivência de todos. Esse postulado normativo sustentou e fundamentou a razão dos fundadores da chamada teoria política clássica, cuja questão central era a preocupação com o bem comum. Não resta dúvida, as estruturas de poder que constituíram as instituições nas democracias modernas tiveram essa origem. Não obstante, dificuldades de operacionalização do bem comum contribuíram com premissas importantes para compreender as limitações da representação política nas democracias contemporâneas.

Schumpeter (1961) em sua contribuição seminal à teoria democrática buscou diálogo com a doutrina clássica de democracia, questionando o pressuposto da vontade popular. O principal fundamento da crítica schumpeteriana é que a ideia idiossincrática de vontade do povo, associada a uma compreensão de existência de bem comum, torna-se problemática porque não há uma razão filosófica que defina de forma precisa o que ele seja. A democracia não poderia ser entendida por uma doutrina de fé, nem de crença em um ponto comum, mas nas possibilidades de uma equalização de interesses coletivos diversos. Desse modo, considera que a representação política ganha expressão significativa na constituição da liderança, uma vez que, os corpos coletivos voltam-se para sua aceitação tornando-se mecanismo dominante em todas as ações coletivas.

Inspirado na concepção de Weber (1964), Schumpeter tratou da participação política e da democracia como cenário que envolve: os líderes e os seguidores; os que não estão interessados e aqueles que não dispõem de informações suficientes, mas participam das escolhas políticas. Contrariando o postulado liberal que entende

racionalidade como traço universal do comportamento humano, Schumpeter prefere adotar os fundamentos teórico-metodológicos weberianos para explicar como se dá a participação no funcionamento do sistema democrático¹.

Sua principal afirmativa é que as decisões políticas são resultados de um processo no qual, aqueles que têm a função primária de escolher líderes pressupõem reconhecer a competência dos que vão decidir acerca das políticas públicas. Tal compreensão está balizada nos fundamentos típicos do sistema representativo que leva em conta o poder de controle prospectivo e retrospectivo que o eleitorado deve ter (Przeworski, Manin e Stokes, (1999); Powell, (2003)). Embora Schumpeter considere que o eleitorado tenha esse poder, ressalvas são feitas porque as escolhas estão restritas àqueles políticos que se apresentam como candidatos. São os políticos enquanto elite que tomam as decisões sobre os problemas que consideram importantes e apresentam ao público. Os eleitores somente decidem sobre os termos que lhes são propostos pela elite.

A representação política e seus reflexos para fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia ocupam lugar central na discussão de Przeworski, Manin e Stokes (1999). Para esses autores um ponto consensual sobre o sistema representativo pode ser dado por uma questão que parece ser óbvia: a representação deve ser um tipo de ação política cuja função é defender interesses dos representados chamados cidadãos. Todavia, o significado das eleições como constituinte da representação deve ser problematizado, pois, nem sempre os políticos fazem o que os eleitores querem ou adotam políticas que eles aprovariam em retrospecto (p. 02).

Como frisam Przeworski *et alii*, o governo representativo é aquele que ao efetivar alguma política redistributiva prejudica apenas uma minoria. Seria, então, considerado não representativo se perseguisse interesses que seriam desaprovados por qualquer maioria. Isto é, agir perseguindo os interesses de uma minoria, incluindo a sua própria. (p. 08).

O ponto de partida para entender as formas diversas do sistema representativo é dado pela definição e articulação de *mandate-responsiveness*. Nesse caso, o pressuposto para compreender a representação passa pela capacidade de justificar as performances dos políticos como responsiva e *accountable*. Um governo responsivo adota políticas sinalizadas como preferidas pelos cidadãos, assim, responsividade

¹ Weber construiu três tipos ideais de dominação legítima enfatizando a racionalidade legal das burocracias partidárias modernas; as visões de mundo que definem um ethos nas sociedades tradicionais e as qualidades pessoais que alguns indivíduos possuem e são tidas por “sobrenaturais”.

baseia-se na emissão a priori de opiniões dos cidadãos. Nesse sentido, os líderes buscam as opiniões dos cidadãos para montar sua proposta de governo e através de eleições tornam-se *mandate-responsive*. Já o caráter *accountable* se dá de forma retrospectiva, através de novas eleições nas quais os cidadãos podem estender ou não o mandato desses governantes.

Essas condições são importantes para qualificar a representação, para tanto, as razões que vão definir representação por mandato pressupõem que o processo eleitoral seja conduzido por campanhas em que os partidos viabilizam informações aos eleitores sobre as políticas que querem adotar. Dessa forma passam a ser visualizadas como promessas.

Destarte, o sentido específico dado a representação por mandato tratada por Przeworski *et alli* aborda as seguintes questões: a) de que forma a política dos *incumbents* pode ser a mesma de sua plataforma; b) de que forma perseguir a plataforma seria o melhor para os eleitores. A resposta para tais questões exprime um ponto ideal: as políticas adotadas pelos *incumbents* devem seguir as plataformas eleitorais e devem ser as melhores para os cidadãos sob a ótica de tais governantes (p. 33).

Todavia, impasses podem surgir: se em nome do bem público, houver incentivos que levem esses *incumbents* a mudar suas plataformas, deve então, ser disponibilizados aos seus eleitores, informações sobre a necessidade da mudança, informando-os das possibilidades para maximizar o seu bem estar. Desse ponto de vista, os *incumbents* ao buscarem suas reeleições poderiam contar com o comportamento estratégico do eleitor decisivo, pois mesmo não cumprido as promessas os representantes poderiam ter seus mandatos renovados.

Não obstante, o sentido dado à representação por mandato, os *incumbents* buscam elaborar políticas que atendam expectativas do seu eleitorado. Nesse caso, os representantes são verdadeiros agentes ou delegados dos cidadãos, também como denominou Pitkin (1967) os representantes agem como os próprios representados agiriam se tivessem oportunidade de decidir. No entanto, Pitkin problematiza essa concepção de representação, pois, nessa conexão do representante com o eleitor está em questão, como os interesses particulares de cada eleitor, ou de cada reduto eleitoral, podem ser compatibilizados com interesse comum da coletividade. Esse tem sido um dilema frequente na forma de atuação das instituições nas democracias liberais. No caso, se as eleições exercem fortes vínculos com a representação, resta saber, de que forma as instituições eleitorais podem viabilizar a soberania do eleitor.

Se na representação por mandato são os mecanismos *ex ante* que são relevantes, no governo *accountable* são os *ex post*. No caso deste último, deduz-se que os eleitores podem avaliar se os *incumbents* estão agindo de acordo com seus interesses e sancioná-los, apropriadamente, em caso contrário. Esses são fortes incentivos para os *incumbents* agirem com base no suposto: aqueles que melhor realizem os interesses dos cidadãos devem ser reeleitos, pois aqueles que praticam o contrário são punidos por tais ações. Sem dúvida, a existência desses mecanismos de controle é sinal positivo para maior qualidade da democracia, uma vez que, permite estreitar o fosso entre representantes e representados. Contudo, é razoável questionar, se a possível capacidade que o eleitorado tem para reconhecer a competência dos candidatos, ao fazer sua escolha, é a mesma para punir o governante numa nova oportunidade. Pode-se encontrar essa simetria?

Tais questionamentos são pertinentes porque nos contextos dos modelos de governos democráticos dos sistemas políticos contemporâneos, a assimetria de informação torna-se evidente. Se de um lado, pode ser falacioso o pressuposto da capacidade que o eleitorado tem de identificar a competência do representante para defender seus interesses; do outro lado, segundo Przeworski (1998) a relação principal-agente envolve uma dimensão em que, o principal só dispõe de informação imperfeita para punir ou não o agente, isto é, o desenho institucional pode resultar numa alta complexidade do processo decisório que obstaculiza a clareza sobre a responsabilidade do administrador público.

Não há garantias para que o poder do controle eleitoral seja efetivo, alguns entraves são possíveis. A ameaça da sanção eleitoral pode ser fragilizada quando os eleitores não observam ou não sabem as mesmas coisas que políticos observam ou sabem (um *two-level game*) Przeworski, Manin e Stokes (1999). Daí os autores consideram que se o eleitor não tem informações suficientes para avaliar os *incumbents*, a ameaça de não reelegê-los deixa de ser suficiente para induzir o governo a agir visando o bem dos cidadãos (p.29 e 30).

Um aspecto importante também que se deve levar em conta é a falta de interesse e de informação do eleitor no processo seletivo que pode levá-lo a uma escolha equivocada. Por isso, a ênfase nas possibilidades de articulação entre controle prospectivo e retrospectivo que esse eleitorado deve ter sobre os líderes é extremamente importante. Deve-se constatar isso em observações empíricas.

Essa é uma das boas razões para a defesa de que no processo democrático, o ponto ótimo para ampliar a qualidade da representação, será o estreitamento da relação

entre líderes e seguidores. Para tanto, deve ser bem visto quaisquer mecanismos que possam neutralizar aqueles desinformados e aqueles que não têm interesse de participar do processo democrático. Essa é uma questão polêmica porque traz para centro do debate da teoria democrática, uma discussão que toca a fundo nas razões substantivas da representação política como alternativa viável para resolver conflitos nas sociedades pluralistas.

Arato (2001) compreende que a democracia representativa tem sido a história da inclusão, todavia, o processo inclusivo pode apresentar algumas fissuras: quanto maior a quantidade de indivíduos débeis sócio-economicamente que participam de eleições, maiores serão as incongruências de poder entre o eleitorado e o corpo representativo (p. 55). O autor reconhece que mesmo os partidos políticos de massas, os quais recebem a atribuição de ser instituição mais importante da democracia representativa, não são capazes de mediar às fissuras entre o eleitorado e o representante, sem cair internamente na mesma dualidade.

Por outro lado, sobre o governo representativo, Manin (1995) observa transformação profunda nos sustentáculos das democracias ocidentais. Se durante décadas, o processo político foi resultado da forte e confiável ligação entre eleitores e partidos políticos, qualquer diagnóstico da realidade nas relações políticas contemporâneas, será capaz de revelar a confluência de estratégias eleitorais que tendem a projetar personalidades dos líderes através de uma rede de mecanismos simbólicos que se configuram em imagens vagas.

A democracia de público como definiu Manin (1995) torna-se uma característica considerável na política moderna. O processo de escolha política passa a ser orquestrado por mecanismos que afetam a natureza da relação entre representantes e representados, de forma que, os eleitores parecem responder aos termos específicos que os políticos propõem em cada eleição, mais do que expressar identidades sociais ou culturais (Manin, 1995 p. 27).

Os eleitores votam não somente em diferentes partidos e agendas políticas em diferentes eleições, mas votam também diferente em uma mesma eleição para diferentes cargos. Esse comportamento eleitoral em alguns modelos de democracia, cujas regras eleitorais são responsáveis pela ampliação de conflitos entre os poderes, é a causa das

divergências de propósitos do Executivo e do Legislativo². Nesse sentido, o governo representativo passa a padecer de enormes dificuldades em relação à identificação dos representantes com os representados, isto é, da adequação da política pública ao eleitorado.

Para responder a questão da dimensão da participação, Reis (2003) propõe discutir a apatia política como virtude cívica na medida em que seria possível o sujeito racional reconhecer o alto custo de uma escolha desinformada.

A alternativa para o bom funcionamento do processo democrático estaria condicionada pela capacidade que o cidadão teria de fazer suas escolhas a partir dos incentivos apresentados pelo sistema político. A partir de tais evidências, a efetividade da democracia passa a ser dada pela qualidade da representação e tem, por sua vez, origem na performance dos líderes frente aos eleitores, principalmente, daqueles mal informados. Esse é o maior problema para explicar o déficit de *accountability* na América Latina.

Mainwaring (2003) considera que, mesmo reconhecendo a eficácia de *accountability* eleitoral, uma vez que, as eleições ocorrem com a regularidade democrática, não há nada que assegure que os representantes irão se comportar entre as eleições como os eleitores desejariam. Nesse sentido, a questão sobre a comprovada assimetria de informações no sistema democrático dá o tom de todas as discussões sobre *accountability* na América Latina, cujos fundamentos são, principalmente, os problemas relacionados aos eleitores e representantes eleitos, os quais têm sérias dificuldades de representar valores da ampla cidadania (Moreno, Crisp e Shugart, 2004).

No que tange ainda as questões sobre o desenho institucional e a qualidade da representação no sistema político brasileiro, Ames (2012) deu contribuição importante ao construir taxonomia dos padrões espaciais de votos. Para considerar o caráter da representação no sistema proporcional de lista aberta, deve-se observar o tipo de votação do deputado e o impacto na performance parlamentar. Para isso, tornaram-se possíveis quatro modalidades de distribuição espacial do voto, as quais correspondem a quatro tipos de representantes nos poderes legislativos. São os tipos seguintes: deputados com votação concentrada e dominante, deputados com base fragmentada e dominante, deputados com votação concentrada e partilhada e deputados com votação

² Esse ponto foi tratado por Cox e McCubbins; Haggard & Sugart (2001) como determinantes institucionais das políticas públicas. Os autores enfatizam a forma preponderante que os sistemas eleitoral e partidário exercem no processo decisório.

fragmentada e partilhada. Nesses termos, propõem-se articular as arenas eleitoral e parlamentar para encontrar algum fundamento na representação política. Afinal de contas os eleitos devem prestar contas aos eleitores e devem se preocupar com a sobrevivência na estrutura do poder político.

3 Representação proporcional: quem são os representantes?

O sistema eleitoral brasileiro recebe inúmeras críticas, entretanto não há entre os cientistas políticos entendimento em relação às soluções advindas de uma reforma política, que possa impactar significativamente na melhoria da representação. Nicolau (1996), Braga (2006) sugerem que a representação proporcional e o multipartidarismo não indicam o embaraço do sistema eleitoral brasileiro. Nesse caso, garantir a participação do pluralismo pode ser bem encaminhado quando se aplicar regras que limitem a aquisição de cadeira por siglas de aluguel. O problema das coligações eleitorais para facilitar a obtenção de cadeiras nos legislativos tem sido a pior estratégia para qualidade da representação. Apesar dos eleitores votarem em lista aberta pelo número do candidato, a maioria das candidaturas origina de coligações. Dos doze deputados federais eleitos na Paraíba, nove deles foram beneficiados pelo quociente partidário. A mesma estratégia foi utilizada pelos candidatos a deputado estadual, dos quarenta e dois eleitos para Assembleia Legislativa da Paraíba, somente sete disputaram por candidaturas isoladas.

As coligações nas eleições proporcionais são estratégias infalíveis de redução de custo de transação e dos cálculos de sobrevivência política dos partidos. A pesquisa de Melo e Soares (2016) demonstra dados significativos sobre o impacto das coligações nos resultados eleitorais e da representação no legislativo, tomando as eleições de todos os municípios brasileiros.

Os estudos clássicos sobre coligações no Brasil já apontavam suas razões e controvérsias. Soares (1964) definiu as coligações como a racionalidade de maximização de votos. Nesse sentido, as primeiras experiências do sistema político brasileiro obedeciam as duas lógicas: a do “esforço mínimo” e da ‘resistência ideológica’. Embora o desenho institucional permitisse estratégia de minimizar esforços para maximização eleitoral, os critérios ideológicos ainda norteavam as alianças entre os partidos, ou seja, o cálculo ainda era restringido por razões programáticas que revelavam certo enraizamento socioeconômico de grupos da sociedade. Por sua vez, a evolução do quadro institucional permissivo desencadeou a proliferação de siglas

partidárias e ampliou os custos de candidaturas isoladas. Além de uma quantidade significativa de letras que indicam os partidos, as coligações parecem verdadeiras saladas de letras do ponto de vista da sigla e da proposta programática do partido. Um sistema partidário com infinidade de siglas leva a alianças incongruentes. Bem ao modo da compreensão de Lima Júnior (1993), o sistema político brasileiro ao se tomar o desenho do federalismo, em cada estado, em cada município, as forças políticas são configuradas em subsistemas partidários contingenciais. O caso da Paraíba é somente um exemplo da dificuldade de tomar as eleições como momento de expressão da preferência de eleitores determinados a escolher um dado conteúdo programático a outro. Destarte, o significado da representação conforme esse sistema, passa longe dos fundamentos da legitimidade do processo de tomada de decisões na arena legislativa. Essa questão traz à tona a dificuldade de tomar o voto como mecanismo eficiente de controle democrático.

A prestação de contas por parte dos eleitos e a conferência por parte dos eleitores são artifícios de difícil operacionalização. Como frisaram Przeworski, Manin e Stokes (1999) os limites da representação e do controle democrático por parte dos cidadãos são considerados pela dificuldade de viabilizar informações para avaliar os *incumbentes*. Nesse caso, a ameaça de punição pelo voto pode não ser suficiente para induzir o governo a agir visando o bem dos cidadãos

Os deputados federais da Paraíba foram eleitos por atingir o quociente partidário, facilitados pelas coligações. Essas coligações obedeceram ao critério do esforço mínimo. Partido como PSDB que tem forte presença nacional, assume a liderança na Paraíba de compor com pequenos partidos de tendências conservadoras. Por sua vez, essa estratégia surtiu feitos positivos. A coligação “Vontade do Povo” que teve principal partido o PSDB, conseguiu êxito na ocupação de sete cadeiras na câmara dos deputados. Uma vitória expressiva do grupo de Cassio Cunha Lima/PSDB, que se opõe ao governador do estado, Ricardo Coutinho/PSB, conforme destacado na Tabela 1.

Tabela 1 – Bancada da Paraíba nas Eleições de 2014

Deputados Federais	Partido	Eleito por	Coligação
Pedro Cunha Lima	PSDB	QP	A VONTADE DO POVO I (PSDB / PEN / PR / PTB / PSD / SD / PMN / PPS / PT do B / PTN / PRB / PSDC / PSC / PP)
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	PMDB	QP	RENOVAÇÃO DE VERDADE (PMDB)
Aguinaldo Ribeiro	PP	QP	A VONTADE DO POVO I (PSDB / PEN / PR / PTB / PSD / SD / PMN / PPS / PT do B / PTN / PRB / PSDC / PSC / PP)
Hugo Motta Wanderley da Nobrega	PMDB	QP	RENOVAÇÃO DE VERDADE (PMDB)
José Wellington Roberto	PR	QP	A VONTADE DO POVO I (PSDB / PEN / PR / PTB / PSD / SD / PMN / PPS / PT do B / PTN / PRB / PSDC / PSC / PP)
Efraim de Araújo Morais Filho	DEM	QP	A FORÇA DO TRABALHO 1 (PSB / DEM / PRTB / PDT / PRP / PV / PT / PSL / PC do B / PHS / PPL)
Jose Wilson Santiago Filho	PTB	QP	A VONTADE DO POVO I (PSDB / PEN / PR / PTB / PSD / SD / PMN / PPS / PT do B / PTN / PRB / PSDC / PSC / PP)
Rômulo José de Gouveia	PSD	QP	A VONTADE DO POVO I (PSDB / PEN / PR / PTB / PSD / SD / PMN / PPS / PT do B / PTN / PRB / PSDC / PSC / PP)
Luiz Albuquerque Couto	PT	QP	A FORÇA DO TRABALHO 1 (PSB / DEM / PRTB / PDT / PRP / PV / PT / PSL / PC do B / PHS / PPL)
Manoel Alves da Silva Junior	PMDB	ME	RENOVAÇÃO DE VERDADE (PMDB)
Damião Feliciano da Silva	PDT	ME	A FORÇA DO TRABALHO 1 (PSB / DEM / PRTB / PDT / PRP / PV / PT / PSL / PC do B / PHS / PPL)
Benjamin Gomes Maranhão Neto	SD	ME	A VONTADE DO POVO I (PSDB / PEN / PR / PTB / PSD / SD / PMN / PPS / PT do B / PTN / PRB / PSDC / PSC / PP)

Fonte: Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, (2017).

*Assumem as seguintes nomenclaturas: QP = Quociente Partidário; EM= Eleito por média; EL= Eleito pela votação nominal; SP= Suplente que está assumindo o mandato na atual legislatura.

Em relação aos deputados estaduais eleitos, Tabela 2, as coligações foram responsáveis pela maioria vitoriosa. Somente os eleitos dos partidos PT e PMDB apresentaram candidaturas isoladas. O dado que chama atenção são as diferenças entre as composições das coligações dos eleitos para deputados federais e estaduais. Enquanto os eleitos para deputados federais concorreram por uma ampla composição, chegando a totalizar 14 partidos, as coligações de candidaturas a deputado estadual são bem menores. A coligação que teve o PSDB como nome de peso, forma uma composição

bem menor, composta por 5 partidos para eleger deputados estaduais. Esse é dado obvio que explica a estratégia das coligações para pequenos partidos que não atingem o quociente eleitoral. Como o quociente eleitoral para deputado federal é bem superior, os pequenos partidos necessitam de alianças mais amplas.

Tabela 2 – Deputados estaduais eleitos em 2014

Deputados Estaduais		Eleito por*	Coligação
Adriano Cezar Galdino de Araújo	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Anísio Soares Maia	PT	QP	PT
Antonio Hervázio Bezerra Cavalcanti	PSB	SP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Antônio Pereira Neto (Antônio Mineral)	PSDB	SP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Antônio Ribeiro Frei			
Anastácio Ribeiro	PT	ME	PT
Arnaldo Monteiro	PSC	QP	PSD/PSC
Arthur Filho	PRTB	SP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Athaide (Branco)			
Mendes Pedrosa	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Bruno Cunha Lima			
Branco	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Caio Figueiredo Roberto	PR	ME	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Camila Araújo Toscano de Moraes	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Daniella Velloso Borges Ribeiro	PP	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Edimilson de Araújo Soares	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Estela Izabel Bezerra de Souza	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Genival Matias de Oliveira Filho	PTdo	QP	PT DO B/SD/PPS/PTN/PMN/PSDC/PRB
Gervásio Agripino Maia	PSB	QP	PMDB
Guilherme Almeida	PSC	SP	PSD/PSC
	PMDB/	ME	
Humberto Trocolli Júnior	PROS		PMDB
Inácio Justino Falcão Pereira	PTdoB	ME	PT DO B/SD/PPS/PTN/PMN/PSDC/PRB
Jaci Severino de Souza (Galego Souza)	PP	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Janduhy Carneiro Sobrinho	PODEMOS	QP	PT DO B/SD/PPS/PTN/PMN/PSDC/PRB
Jeová Vieira Campos	PSB	ME	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
João Bosco Carneiro Júnior	PSL	ME	PSL/PC DO B/PHS/PPL/PV
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	PDT	QP	PSD/PSC

João Henrique de Sousa	DEM	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
José Paulo Vitorino dos Santos	PSB	QP	PSL/PC DO B/PHS/PPL/PV
Jullys Roberto	PEN/PMDB	ME	PSDB/PEN/PP/PR/PTB PT DO
Jutay Meneses Gomes	PRB	SP	B/SD/PPS/PTN/PMN/PSDC/PRB
Lindolfo Pires Neto	PROS	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Manoel Ludgério Pereira Neto	PSD	QP	PSD/PSC
Nabor Wanderley da Nobrega Filho	PMDB	QP	PMDB
Paulo Rogério de S. Rego	PTB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Renato Benevides Gadelha	PSC	QP	PSD/PSC
Ricardo Barbosa	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Roberto Raniery de Aquino Paulino	PMDB	QP	PMDB
Rubens Germano Costa Buba Germano	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Sebastião Tião Gomes Pereira	PSL	QP	PSL/PC DO B/PHS/PPL/PV
Tovar Alves Correia Lima	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Dinaldo Medeiros wanderley filho	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
José aldemir meireles de almeida	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Ricardo Luis Barbosa de Lima	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB

Fonte: Banco de dados do TSE e Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

*Assumem as seguintes nomenclaturas: QP = Quociente Partidário; EM= Eleito por média; EL= Eleito pela votação nominal; SP= Suplente que está assumindo o mandato na atual legislatura.

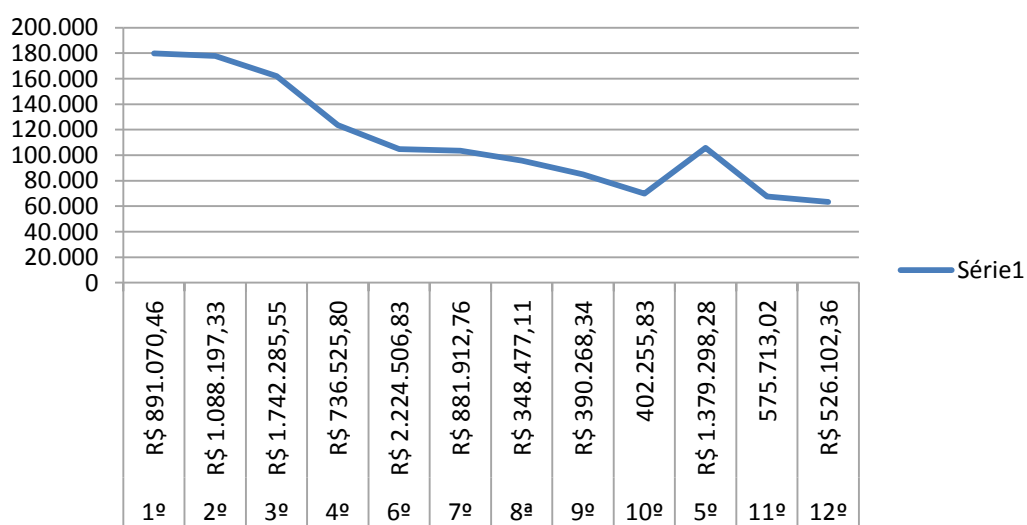
A Tabela 2, das coligações que elegeram os deputados estaduais apresenta os rumos à polarização dos grupos políticos e têm o PSB e PSDB como partidos que representam respectivamente as lideranças do Governador Ricardo Coutinho e do Senador Cassio Cunha Lima. Não obstante, a coligação que apoiou o Governador obteve somente 7 cadeiras da totalidade das 42 da Assembleia Legislativa da Paraíba. Enquanto a oposição declarada composta, principalmente, pelo PSDB conquista 12 cadeiras. As demais cadeiras foram ocupadas por coligações de pequenos partidos sem influência nacional e pelos partidos PT e PMDB que apresentaram candidaturas isoladas.

A grande dificuldade de fortalecer o mecanismo democrático da representação política tem a ver com a proliferação desordenada dos partidos políticos e seus efeitos nas coligações no sistema de representação proporcional para os cargos do legislativo.

A democracia brasileira tem propiciado janela de oportunidade para lideranças de pequenos partidos entrarem no jogo político com redução do custo de transação. Por outro lado, o significado da representação perde força na medida em que o sucesso eleitoral depende da composição de partidos para formar o quociente partidário. Desse modo, a interpretação do sucesso eleitoral do candidato dar-se pela escolha nominal do eleitor, mas vai depender das escolhas dos demais eleitores, levando-se em conta votos das coligações e de legendas. Destarte o significado da representação no poder legislativo passa a ser complexo e dificulta a clareza da responsabilidade das decisões políticas. Nesse caso, a prestação de contas que o Poder Legislativo deve aos eleitores não se faz com tanta facilidade. Nesses termos, as instituições políticas incorporadas pelos partidos políticos e parlamentos podem ter problemas de reconhecimento que abalam a legitimidade.

A Tabela 3, abaixo, indica a posição e a votação de cada deputado nas eleições de 2014, pode-se observar a primeira posição ocupada por Pedro Cunha Lima (PSDB) que em seu primeiro mandato recebe quase 10% da totalidade dos votos. Dado que chama atenção é que deputados com trajetória no Congresso já consolidada tiveram desempenho eleitoral bem abaixo. Não obstante, quando se observa a quantidade de votos e os gastos de campanha declarados ao TSE, Figura 1, os deputados federais da Paraíba apresentam volume de recursos diversos para viabilizar sucesso eleitoral.

Figura 1 - Deputados Federais da Paraíba (2014) votos e gastos eleitorais declarados



Fonte: Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, (2017).

Tabela 3 – Posição e Votação dos deputados federais da Paraíba

Deputados Eleitos em 2014 – PB	Partido	Posição	Votação	Votos
Pedro Cunha Lima	PSDB	1º	179.886	9.29%
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	PMDB	2º	177.680	9.17%
Aguinaldo Ribeiro	PP	3º	161.999	8.36%
Hugo Motta Wanderley da Nobrega	PMDB	4º	123.686	6.39%
José Wellington Roberto	PR	6º	104.799	5.41%
Efraim de Araújo Morais Filho	DEM	7º	103.477	5.34%
Jose Wilson Santiago Filho	PTB	8ª	95.746	4.94%
Rômulo José de Gouveia	PSD	9º	84.820	4.38%
Luiz Albuquerque Couto	PT	10º	69.922	3.61%
Manoel Alves da Silva Junior	PMDB	5º	105.693	5.46%
Damião Feliciano da Silva	PDT	11º	67.558	3.49%
Benjamin Gomes Maranhão Neto	SD	12º	63.433	3.28%

Fonte: Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, (2017).

Em relação à caracterização da liderança política Weber (1975) identificou duas possibilidades: aqueles que fazem da política uma fonte de renda e aqueles que fazem da política paixão desenfreada para perseguir ideais. Viver da política e viver para a política são tipos de condutas cotidianas na luta pelo poder. Em qualquer democracia moderna a representação política pode assumir essas duas dimensões. Não obstante, ao observar os dados sobre a bancada de deputados federais da Paraíba, pode-se dizer que viver da política pode ser uma alternativa considerável. A profissão de advogado é uma atividade comum entre os políticos. Weber ainda identificou o tipo ideal do político profissional no advogado que tem o poder da palavra e da oratória. De acordo com a Tabela 4, a bancada de deputados federais da Paraíba tem uma diversidade de profissionais entre advogados, médicos, empresários, mas há destaque daqueles da área jurídica. Já no que toca aos deputados estaduais, Tabela 5, há também uma lista diversificada de profissões, destacam-se também advogados, médicos, agrônomos e representantes do empresariado.

Tabela 4 – Ocupação da Bancada Paraibana

Deputados Eleitos em 2014 – PB	Idade	Ocupação	Outras profissões
Pedro Cunha Lima	28 anos	Advogado	Advogado
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	46 anos	Advogado	Advogado
Aguinaldo Ribeiro	48 anos	Deputado	Administrador
Hugo Motta Wanderley da Nobrega	27 anos	Deputado	Médico
José Wellington Roberto	57 anos	Empresário	–
Efraim de Araújo Morais Filho	37 anos	Advogado	Advogado
Jose Wilson Santiago Filho	27 anos	Deputado	–
Rômulo José de Gouveia	51 anos	Servidor Público Estadual	Servidor Público
Luiz Albuquerque Couto	72 anos	Deputado	Professor Universitário e Sacerdote Católico
Manoel Alves da Silva Junior	53 anos	Deputado	Médico
Damião Feliciano da Silva	64 anos	Deputado	Médico, Radialista e Empresário
Benjamin Gomes Maranhão Neto	45 anos	Deputado	Cirurgião-Dentista

Fonte: Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral-TSE e da Câmara dos Deputados, (2017).

Tabela 5 - Ocupação dos Deputados Estaduais da Paraíba (2015-2018)

Deputado	Idade	Ocupação
Adriano Cezar Galdino de Araujo	57	Advogado e Engenheiro
Anísio Soares Maia	63	Veterinário
Antonio Hervázio Bezerra Cavalcanti	62	Psicólogo
Antônio Pereira Neto (Antônio Mineral)	51	Contador
Antônio Ribeiro Frei Anastácio Ribeiro	73	Frade Franciscano
Arnaldo Monteiro	58	Administrador
Arthur Filho	40	Advogado
Athaide (Branco) Mendes Pedrosa	61	Funcionário Público
Bruno Cunha Lima Branco	27	Advogado
Caio Figueiredo Roberto	32	Estudante
Camila Araújo Toscano de Moraes	37	Advogada
Daniella Velloso Borges Ribeiro	45	Pedagoga
Edimilson de Araújo Soares	65	Pedagogo
Estela Izabel Bezerra de Souza	50	Jornalista
Genival Matias de Oliveira Filho	50	Empresário
Gervásio Agripino Maia	42	Advogado
Guilherme Almeida	58	Engenheiro Civil
Humberto Troccoli Júnior	50	Advogado

Inácio Justino Falcão Pereira	49	Empresário
Jaci Severino de Souza (Galego Souza)	55	Empresário
Janduhy Carneiro Sobrinho	51	Funcionário Público
Jeová Vieira Campos	53	Advogado
João Bosco Carneiro Júnior	51	Advogado
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	58	Funcionário Público
João Henrique de Sousa	74	Advogado
José Paulo Viturino dos Santos	31	Empresário
Jullys Roberto	31	Comerciante
Jutay Meneses Gomes	73	Jornalista
Lindolfo Pires Neto	54	Engenheiro
Manoel Ludgério Pereira Neto	50	Advogado
Nabor Wanderley da Nobrega Filho	52	Advogado
Paulo Rogério de S. Rego	50	Empresário
Renato Benevides Gadelha	67	Médico
Ricardo Barbosa	59	Empresário
Roberto Raniery de Aquino Paulino	39	Empresário
Rubens Germano Costa Buba Germano	63	Agrônomo
Sebastião Tião Gomes Pereira	60	Agrônomo
Tovar Alves Correia Lima	37	Administrador de Empresas
Dinaldo Medeiros wanderley filho	40	Médico
José Aldemir Meireles de Almeida	71	Médico
Ricardo Luis Barbosa de Lima	66	Empresário

Fonte: Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, e da Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

As discussões sobre a qualidade da representação aborda a experiência no processo político como critério positivo para tomada de decisão em nome do interesse coletivo. Assim, os estudos na ciência política sobre Congresso norte-americano têm apresentado o comportamento legislativo como atividade de acúmulo de experiência para maximização eleitoral (Polsby 2008); (Krehbiel, 1991); Mayhew, 1974) . Como o modelo do sistema norteamericano é distrital uninominal, cada deputado dispõe de uma circunscrição territorial para angariar benefícios que garantam sua sobrevivência política. As chamadas *pork barrel*, são *policies* destinadas a determinados eleitores e garantem a reeleição dos deputados. No Brasil o trabalho de Ames (2006) tornou-se referência para interpretar a votação do parlamentar e o comportamento no legislativo no que tange especificamente as emendas ao orçamento. O tipo de votação do deputado indica quais direções vão ser dadas as emendas do orçamento apresentada pelos parlamentares nas negociações com o Executivo. A nossa pesquisa vai testar hipóteses

para averiguar a relação entre a votação do deputado e comportamento parlamentar. Com o objetivo de caracterizar a representação política na Paraíba, pretende-se tomar a bancada de deputados federais e estaduais. Não obstante, neste momento, devido o acúmulo de informações no Banco de Dados do TSE, não foi possível concluir a classificação da votação de cada deputado a partir da tipologia de Ames (2006). Esperamos que até o momento da apresentação possamos apresentar novos resultados e análise dos dados mais substantivos.

A experiência parlamentar conta para obtenção de postos importantes do processo decisório. Esse tem sido o critério definido por Polsby (2008) e Kreibbel (1991) para interpretar o desempenho do parlamentar na arena decisória. Entretanto, para tomar o modelo norteamericano para interpretar o comportamento dos políticos brasileiros algumas ponderações devem ser feitas. Os estudos de Figueiredo e Limongi (2008) são taxativos ao considerar as prerrogativas constitucionais do Executivo, consideradas poder de agenda e as regras internas do Congresso, que regulam o processo decisório, como responsável pelo encaminhamento da agenda legislativa. Os parlamentares conseguem benefícios para seus eleitores através da articulação no Colégio de líderes. Os líderes são atores importantes para viabilizar interesses da bancada partidária. Nesses moldes, ocupar espaço na organização dos trabalhos legislativos é essencial para viabilizar a representação dos interesses coletivos.

A tabela 6, abaixo, indica o número de mandatos que a cada deputado federal vem ocupando no Congresso. A bancada paraibana conta com dois novatos nas eleições de 2014, os demais mantiveram a renovação dos seus mandatos. A esses dados juntam-se a participação nas comissões permanentes na Câmara dos deputados. Todos os deputados paraibanos vêm ocupando posições em comissões permanentes na Casa Legislativa.

Tabela 6 – Número de mandatos e experiência parlamentar

Deputados Eleitos em 2014 – PB	Partido	Número de mandatos
Pedro Cunha Lima	PSDB	1
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	PMDB	1
Aguinaldo Ribeiro	PP	2
Hugo Motta Wanderley da Nobrega	PMDB	2
José Wellington Roberto	PR	4
Efraim de Araújo Morais Filho	DEM	3

Jose Wilson Santiago Filho	PTB	2
Rômulo José de Gouveia	PSD	2
Luiz Albuquerque Couto	PT	4
Manoel Alves da Silva Junior	PMDB	3
Damião Feliciano da Silva	PDT	5
Benjamin Gomes Maranhão Neto	SD	3
Média		2,666666667
Máx		5
Min		1
Desvio Padrão		1,178511302

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do banco de dados do TSE, (2017).

A bancada paraibana na Câmara dos deputados na atual legislatura (2015-2018) tem média de 2,7 mandatos e desvio padrão de 1,2. Isso implica dizer que com a entrada de somente dois deputados novos, a taxa de reeleição atinge 83%. Esse resultado apenas implica considerar todos os deputados que exercem atividade legislativa a partir do segundo mandato. Não obstante, mais da metade dos deputados federais paraibanos na atual legislatura oscilam entre o segundo e o terceiro mandatos. Somente um deputado ocupa a posição mais antiga, exercendo o quinto mandato. Esse dado pode revelar a dificuldade que a representação política dos deputados paraibanos tem de consolidar a carreira parlamentar acumulando experiência e participando de cargos importantes no processo de tomada de decisão. Como diz Polsby (2008) no presidencialismo norte-americano, o poder legislativo pode contar com uma duradoura carreira parlamentar através da qual os deputados assumem cargos importantes para decidir sobre políticas públicas que garantam retorno eleitoral, conforme Tabela, 7.

Tabela 7 – Número de mandatos dos Deputados Federais eleitos em 2014

Número de mandatos	Deputados Federais Eleitos em 2014 – PB e percentuais	
	Número	Porcentagem
1	2	16,7%
2	4	33,3%
3	3	25,0%
4	2	16,7%
5	1	8,3%
Total	12	100%

Fonte: Elaboração pelos autores s partir do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral e da Câmara dos Deputados, (2017).

Já em relação à representação política na Assembleia Legislativa da Paraíba, a Tabela 8 e a Tabela 9, da reeleição dos deputados e a acumulação da experiência legislativa podem também não indicar *expertise* nos trabalhos da Casa. Embora a legislatura (2015-2018), apresente taxa de reeleição de 68%, o número de mandatos mais significativos corresponde ao primeiro e segundo. Isto é, dos 41 deputados estaduais paraibanos, 25 deles oscilam entre o primeiro e o segundo mandatos.

Tabela 8 - Deputados Estaduais por Partido e Número de Mandatos - Legislatura 2015-2018

Deputado	Partido	Número de mandatos
Adriano Cezar Galdino de Araujo	PSB	1
Anísio Soares Maia	PT	2
Antonio Hervázio Bezerra Cavalcanti	PSB	2
Antônio Pereira Neto (Antônio Mineral)	PSDB	4
Antônio Ribeiro Frei Anastácio Ribeiro	PT	4
Arnaldo Monteiro	PSC	3
Arthur Filho	PRTB	1
Athaide (Branco) Mendes Pedrosa	PEN	3
Bruno Cunha Lima Branco	PSDB	1
Caio Figueiredo Roberto	PR	2
Camila Araújo Toscano de Moraes	PSDB	1
Daniella Velloso Borges Ribeiro	PP	2
Edimilson de Araújo Soares	PEN	2
Estela Izabel Bezerra de Souza	PSB	1
Genival Matias de Oliveira Filho	PTdoB	2
Gervásio Agripino Maia	PSB	4
Guilherme Almeida	PSC	3
Humberto Troccoli Júnior	PMDB/PROS	4
Inácio Justino Falcão Pereira	PTdoB	1
Jaci Severino de Souza (Galego Souza)	PP	1
Janduhy Carneiro Sobrinho	PODEMOS	2
Jeová Vieira Campos	PSB	2
João Bosco Carneiro Júnior	PSL	2
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	PDT	3
João Henrique de Sousa	DEM	3
José Paulo Viturino dos Santos	PSB	1
Jullys Roberto	PEN/PMDB	1
Jutay Meneses Gomes	PRB	2
Lindolfo Pires Neto	PROS	4
Manoel Ludgério Pereira Neto	PSD	4
Nabor Wanderley da Nobrega Filho	PMDB	1
Paulo Rogério de S. Rego	PTB	2

Renato Benevides Gadelha	PSC	1
Ricardo Barbosa	PSB	2
Roberto Raniery de Aquino Paulino	PMDB	3
Rubens Germano Costa Buba Germano	PSB	1
Sebastião Tião Gomes Pereira	PSL	6
Tovar Alves Correia Lima	PSDB	3
Dinaldo Medeiros wanderley filho	PSDB	1
José Aldemir Meireles de Almeida	PEN	4
Ricardo Luis Barbosa de Lima	PEN	4
Média		2,341463415
Min.	1	
Máx.	6	
Desvio Padrão		1,241748494

Fonte: Banco de dados do TSE e Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

Tabela 9 – Deputados Estaduais e o Número de Mandatos

Número de Mandatos	Número de Deputados Estaduais	
	Número	Porcentagem
1	13	31,7%
2	12	29,3%
3	7	17,1%
4	8	19,5%
6	1	2,4%
Total	41	100 %

Fonte: Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral e da Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

A bancada da Paraíba tem apresentado boa performance na participação dos deputados federais nas Comissões Permanentes da Câmara. Todos os parlamentares são membros titulares e exercem funções em mais de uma Comissão, conforme salientado na Tabela 10. Nesse aspecto, a atuação parlamentar nas comissões é uma boa medida para participar do processo legislativo e exercer poder de barganha nas negociações entre os atores políticos e permite gerar capital político para o exercício de cargos importantes no Poder Legislativo, Figura 2. Isso porque deputados que não ocupam posições importantes no processo decisório fazem parte do baixo clero, sem nenhum poder de negociação e nenhuma influencia na bancada partidária.

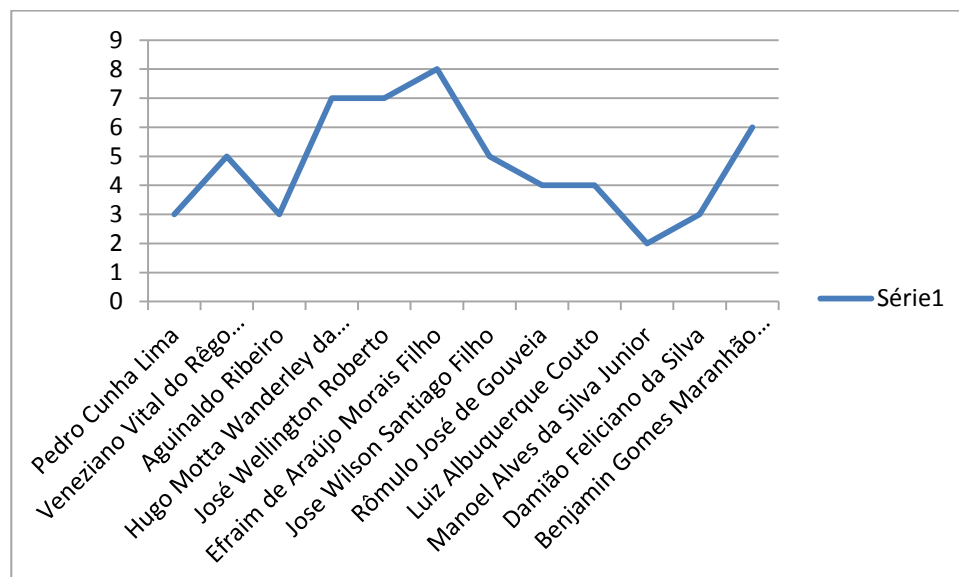
Tabela 10 - Participação no Processo Legislativo

Deputados Eleitos em 2014 – PB	Titular de Comissão Permanente	Número em C. P.	Número de mandatos
Pedro Cunha Lima	Sim	3	1
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	Sim	5	1
Aguinaldo Ribeiro	Sim	3	2
Hugo Motta Wanderley da Nobrega	Sim	7	2
José Wellington Roberto	Sim	7	4
Efraim de Araújo Morais Filho	Sim	8	3
Jose Wilson Santiago Filho	Sim	5	2
Rômulo José de Gouveia	Sim	4	2
Luiz Albuquerque Couto	Sim	4	4
Manoel Alves da Silva Junior	Sim	2	3
Damião Feliciano da Silva	Sim	3	5
Benjamin Gomes Maranhão Neto	Sim	6	3

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, (2017)

Figura 2 – Deputados e número de Comissão Permanente

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, (2017).



Fonte: Banco de dados da Câmara dos Deputados, (2017).

A origem geográfica dos deputados pode ser importante para mensurar a relação entre distribuição espacial do voto e desempenho legislativo, Tabela 11. Embora o candidato seja votado na circunscrição estadual, é possível identificar tipos de votação dispersa ou concentrada. Ames (2006) considera que deputados com votação concentrada e dispersa dominante têm, no desempenho parlamentar, incentivos para reunir esforços que beneficiam determinadas localidades no que tange a alocação de recursos através das emendas orçamentárias. Nesse sentido, o avanço da nossa pesquisa fará teste de hipótese para explicar como se comportam os parlamentares federais e estaduais na Paraíba em relação a essa questão. No momento, a análise encontra-se limitada nesse quesito, porque só processamos dados sobre a naturalidade dos parlamentares federais e estaduais³.

Tabela 11 – Deputados Federais paraibanos, eleitos em 2014

Deputados Eleitos em 2014 – PB	Partido	Idade	Naturalidade
Pedro Cunha Lima	PSDB	28 anos	Campina Grande
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	PMDB	46 anos	Campina Grande
Aguinaldo Ribeiro	PP	48 anos	Campina Grande
Hugo Motta Wanderley da Nobrega	PMDB	27 anos	João Pessoa
José Wellington Roberto	PR	57 anos	São José de Piranhas
Efraim de Araújo Morais Filho	DEM	37 anos	João Pessoa
Jose Wilson Santiago Filho	PTB	27 anos	João Pessoa
Rômulo José de Gouveia	PSD	51 anos	Campina Grande
Luiz Albuquerque Couto	PT	72 anos	Soledade
Manoel Alves da Silva Junior	PMDB	53 anos	Pedras de Fogo
Damião Feliciano da Silva	PDT	64 anos	Campina Grande
Benjamin Gomes Maranhão Neto	SD	45 anos	João Pessoa

Fonte: Banco de dados da Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

Desse modo, pode-se dizer que os deputados federais paraibanos, em sua maioria, são originários dos dois maiores municípios do estado. A partir da Tabela 12, observa-se que dos 12 deputados paraibanos, 9 deles têm origem em João Pessoa e

³Vale salientar que os bancos de dados sobre a votação dos deputados estaduais e federais e as emendas orçamentárias ainda se encontram em fase de consolidação. Por problemas operacionais, não foi possível concluir a tempo para confecção deste artigo.

Campina Grande, respectivamente capital e a segunda maior cidade do estado. Já em relação aos deputados estaduais, mesmo havendo quase a metade sendo originários desses dois maiores municípios, os demais têm origens em municípios de menor porte e regiões mais interioranas. Resta saber de que forma essa variável pode influenciar o comportamento parlamentar e a produção legislativa.

O andamento da pesquisa propiciará análise da produção legislativa dos parlamentares paraibanos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. O objetivo proposto considera a questão teórica sobre o significado e os limites da representação política. Nesses termos propõe-se o debate sobre a qualidade da representação e os diversos aspectos inerentes à formação, origem, partido, atuação e manutenção do parlamentar no poder.

Tabela 12 – Deputados Paraibanos e suas origens

Deputados Paraibanos	Origem do parlamentar
Adriano Cezar Galdino de Araujo	Campina Grande
Anísio Soares Maia	Alagoa Nova
Antonio Hervázio Bezerra Cavalcanti	João Pessoa
Antônio Pereira Neto (Antônio Mineral)	Patos
Antônio Ribeiro Frei Anastácio Ribeiro	Esperança
Arnaldo Monteiro	Esperança
Arthur Filho	Cabedelo
Athaide (Branco) Mendes Pedrosa	Alhandra
Bruno Cunha Lima Branco	Campina Grande
Caio Figueiredo Roberto	Campina Grande
Camila Araújo Toscano de Moraes	João Pessoa
Daniella Velloso Borges Ribeiro	Campina Grande
Dinaldo Medeiros wanderley filho	-
Edimilson de Araújo Soares	João Pessoa
Estela Izabel Bezerra de Souza	João Pessoa
Genival Matias de Oliveira Filho	João Pessoa
Gervásio Agripino Maia	Catolé do Rocha
Guilherme Almeida	Campina Grande
Humberto Troccoli Júnior	João Pessoa
Inácio Justino Falcão Pereira	Campina Grande
Jaci Severino de Souza (Galego Souza)	São Bento
Janduhy Carneiro Sobrinho	João Pessoa
Jeová Vieira Campos	São José das Piranhas
João Bosco Carneiro Júnior	Alagoa Grande
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	João Pessoa

João Henrique de Sousa	Monteiro
José aldemir meireles de almeida	-
José Paulo Viturino dos Santos	Santa Rita
Jullys Roberto	São Bento
Jutay Meneses Gomes	-
Lindolfo Pires Neto	Sousa
Manoel Ludgério Pereira Neto	Campina Grande
Nabor Wanderley da Nobrega Filho	-
Paulo Rogério de S. Rego	Campina Grande
Renato Benevides Gadelha	-
Ricardo Barbosa	João Pessoa
Ricardo Luis Barbosa de Lima	-
Roberto Raniery de Aquino Paulino	Guarabira
Rubens Germano Costa Buba Germano	Frei Martinho
Sebastião Tião Gomes Pereira	Areia
Tovar Alves Correia Lima	Campina Grande

Fonte: Banco de dados da Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

4 Considerações Finais

O artigo propôs problematizar as questões teóricas mais prementes do sistema representativo. Para isso, buscou descrever como vem sendo constituída a representação política no sistema político brasileiro. Tomou-se como unidade de análise a representação parlamentar da Paraíba na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Na primeira parte do texto sintetizaram-se argumentos sobre o caráter da representação à qualidade da democracia. Na segunda parte observaram-se os resultados eleitorais da última eleição para o legislativo federal e estadual e em seguida constituiu-se o perfil dos deputados federais e estaduais para entender como se dará a responsividade dos eleitos e as possíveis dificuldades da articulação entre arena eleitoral e arena parlamentar. O estudo descritivo nessa primeira etapa da pesquisa permitiu entender a importância das coligações para sucesso eleitoral dos deputados federais e estaduais e suas implicações para performance da representação e limitações para controle dos eleitores.

Os dados sobre o número de mandatos e a taxa de reeleição permitem considerar a experiência parlamentar e a participação no processo decisório. Não obstante, de acordo com a literatura sobre estudos legislativos, o sistema político brasileiro não dispõe de incentivos para constituição de uma longa carreira no parlamento, como se constitui no modelo norteamericano. No que concerne à representação na Paraíba verificou-se que grande parte dos deputados federais e estaduais encontra-se entre o primeiro e terceiro mandatos. De acordo com a literatura sobre legislativo, os Parlamentares de carreira não são a tônica do sistema político brasileiro, devido à concentração de poder de agenda no Executivo. Isto é, Presidentes, Governadores e Prefeitos são os principais atores no processo de formulação de políticas públicas. Por outro lado à sobrevivência política dos parlamentares depende da boa relação com o

Executivo para assegurar benefícios a certas localidades de eleitores. Esse ponto será a sequência na agenda da pesquisa sobre a representação política.

Referências Bibliográficas

- FIGUEIREDO, Argelina; LIMOMGI, Fernando (2008). Política Orçamentária e Presidencialismo de coalizão. Editora FGV: Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMOMGI, Fernando (2001). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Editora FGV: Rio de Janeiro.
- AMES, B. A (2012) estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 59-87, jan/jun
- _____. (2003) *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FVG, .
- ARATO, A. (2001) *Accountability y sociedad civil*. In: PERUZZOTTI, E e SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americanas*, Buenos Ayres: Temas Grupo editorial.
- CARNOY, M. (2003) *Estado e Teoria Política*. 8ª ed. Campinas-SP: Papyrus.
- COX, G. W. and MCCUBBINS, M. D. (2001) *The Institutional Determinants of Economic Policy Outcomes*. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. *Presidents, Parliaments, and Policy*. New York: Cambridge University Press.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando (2006) Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. Vol 48, nº 4, pp 737 a 776.
- _____. (2002) Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, pp 303 a 344.
- HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. Introduction: Political Institutions and the Determinants of Public Policy. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. *Presidents, Parliaments, and Policy*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- HUNTINGTON, S. (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- KREHBIEL, K. (1991) *Information and Legislative Organization*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- Mayhew, D. R. (1974). *Congress: The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press.
- MAINWARING, S. (2003) Introduction. In: MAINWARING, S. and WELNA, C. *Democratic Accountability in Latina America*. New York: Oxford University Press.
- _____. and Shugart, M. (2002) *Presidencialismo y Democracia en América Latina*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. S. (2001) *Sistemas Partidários em novas democracias*. Rio de Janeiro: FGV.
- MANSBRIDGE, J. (2011) *Clarifying the concept of Representation*. American Political Review, 105(3), pp 621-630.

- MANIN, B., PRZEWORSKI, A. and STOKES, S. C. (1999). Introduction. In: MANIN, B., PRZEWORSKI, A. and STOKES, S. C. (eds) *Democracy, Accountability and Representation*. New York: Cambridge University Press.
- MANIN, B. (1995) As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp 05-34, ano 10, outubro.
- MELO, M. A. (2016) *Crisis and Integrity in Brazil*. *Latin America's New Turbulence, Volume 27, Number 2, April*
- Melo, C. A. V. & Soares, Kelly C. C. (2016) Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral. *Revista de Análise Social*, nº 220, Lisboa setembro.
- MORENO, E., CRISP, B. and SHUGART, M. (2003) The Accountability Deficit in Latin America In: MAINWARING, S. and WELNA, C. *Democratic Accountability in Latin America*. New York: Oxford University Press.
- MOISÉS, J. A. (2010) (org) – Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp.
- O'DONNELL, G. Acerca de varias accountability y sus interrelaciones. In: PERUZZOTTI, E y SMULOVITZ, C. (2001) *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americana*. Buenos Ayres: Temas Grupo editorial.
- PERUZZOTTI, E. y SMULOVITZ, C. (2001) Accountability social: la otra cara del control. In: PERUZZOTTI, E y SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americana*. Buenos Ayres: Temas Grupo editorial.
- PITKIN, H. (1967) *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press.
- POWELL, G. B. (2000) *Elections as Instruments of Democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven: Yale.
- POLSBY, N. W. (2008). A institucionalização da câmara dos deputados dos estados unidos. *Revista de Sociologia e Política* V 16, Nº 30: 221-251 JUN.
- PRZEWORSKI, A. (2001) Accountability social en America Latina y mas alla. In: PERUZZOTTI, E y SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americana*. Buenos Ayres: Temas Grupo editorial, 2001.
- PRZEWORSKI, A. (1998) Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In BRESSER PEREIRA, L. e SPINK, P. (Orgs). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV.
- REHFELD, Andrew. (2011) *The Concepts of Representation*. *American Political Science Review*, Agosto, pp 1 – 11.
- REIS, B. P. W. (2003) Ir Para casa em paz: a economia das virtudes, e a apatia como direito. ANPOCS, Caxambu.
- SCHUMPETER, J. A. (1961) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura.
- WEBER, M. (1964) *Economia y Sociedad*. Segunda Edición, México D.F: Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1975) Política como Vocação. In: Gerth, H. H. & Mills C. W. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

5 Referências Bibliográficas

FIGUEIREDO, Argelina; LIMOMGI, Fernando (2008). Política Orçamentária e Presidencialismo de coalizão. Editora FGV: Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMOMGI, Fernando (2001). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Editora FGV: Rio de Janeiro.

AMES, B. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 59-87, jan/jun 2012

_____. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

ARATO, A. *Accountability y sociedad civil*. In: PERUZZOTTI, E e SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americanas*, Buenos Ayres: Temas Grupo editorial, 2001.

CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. 8ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.

COX, G. W. and MCCUBBINS, M. D. *The Institutional Determinants of Economic Policy Outcomes*. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. *Presidents, Parliaments, and Policy*. New York: Cambridge University Press, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. Vol 48, nº 4, pp 737 a 776, 2006.

_____. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002, pp 303 a 344.

HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. Introduction: Political Institutions and the Determinants of Public Policy. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. *Presidents, Parliaments, and Policy*. New York: Cambridge University Press, 2001.

HUNTINGTON, S. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

MAINWARING, S. (2003) Introduction. In: MAINWARING, S. and WELNA, C. *Democratic Accountability in Latina America*. New York: Oxford University Press.

_____. and Shugart, M. (2002) *Presidencialismo y Democracia en América Latina*. Buenos Aires: Paidós.

_____. S. (2001) *Sistemas Partidários em novas democracias*. Rio de Janeiro: FGV.

MANSBRIDGE, J. *Clarifying the concept of Representation*. *American Political Review*, 105(3), 2011, pp 621-630.

MANIN, B., PRZEWORSKI, A. and STOKES, S. C. (1999). Introduction. In: MANIN, B., PRZEWORSKI, A. and STOKES, S. C. (eds) *Democracy, Accountability and Representation*. New York: Cambridge University Press.

MANIN, B. (1995) As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp 05-34, ano 10, outubro.

MELO, M. A. *Crisis and Integrity in Brazil*. *Latin America's New Turbulence, Volume 27, Number 2, April 2016*.

MORENO, E., CRISP, B. and SHUGART, M. . The Accountability Deficit in Latin America In: MAINWARING, S. and WELNA, C. *Democratic Accountability in Latina America*. New York: Oxford University Press, 2003.

MOISÉS, J. A. (org) – *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.

O'DONNELL, G. Acerca de varias accountability y sus interrelaciones. In: PERUZZOTTI, E y SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americana*. Buenos Ayres: Temas Grupo editorial, 2001.

PERUZZOTTI, E. y SMULOVITZ, C. Accountability social: la otra cara del control. In: PERUZZOTTI, E y SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americana*. Buenos Ayres: Temas Grupo editorial, 2001.

PITKIN, H. *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press, 1967.

POWELL, G. B. *Elections as Instruments of Democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven: Yale, 2000.

POLSBY, N. W. (2008). A institucionalização da câmara dos deputados dos estados unidos. *Revista de Sociologia e Política* V 16, Nº 30: 221-251 JUN.

PRZEWORSKI, A. Accountability social en America Latina y mas alla. In: PERUZZOTTI, E y SMULOVITZ, C. *Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americana*. Buenos Ayres: Temas Grupo editorial, 2001.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In BRESSER PEREIRA, L. e SPINK, P. (Orgs). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REHFELD, Andrew. *The Concepts of Representation*. *American Political Science Review*, Agosto 2011, pp 1 – 11.

REIS, B. P. W. *Ir Para casa em paz: a economia das virtudes, e a apatia como direito*. ANPOCS, Caxambu, 2003.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 1961.

WEBER, M. *Economia y Sociedad*. Segunda Edición, México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1964.